Origens da Comunidade Macaense de Xangai(1850-1900)

Alfredo Gomes Dias*

"Outra consideração porém de mais subido alcance, e elevado interesse, foi manifestamente atendida e acatada: o dever de protecção, a que tem direito uma imensa colónia portuguesa aqui estabelecida, e até agora esquecida e abandonada, a qual cresce todos os dias a olhos vistos, enquanto que Macau se despovoa."
Anselmo Ferreira, cônsul de Portugal em Xangai, 27 de Julho de 1880

O fluxo migratório iniciado pelos macaenses em 1842 teve como causas próximas o nascimento de Hong Kong e a transferência das casas comerciais britânicas e chinesas para a nova colónia britânica. Mas este primeiro movimento das gentes de Macau provocou a procura de novos destinos e, a Hong Kong, seguiu-se Xangai. A emigração para estes dois destinos vizinhos de Macau constituiu a primeira fase de um longo processo migratório que se manteve até aos dias de hoje. Novas origens e destinos levaram os macaenses a traçar uma diversidade de itinerários, ligando todos os continentes numa dimensão e dispersão que oferecem a este fenómeno migratório as características de uma diáspora.

Xangai é actualmente a cidade mais populosa da China, num Império onde as cidades não constituíam unidades políticas autónomas. Na segunda década do século XX, após a proclamação do regime republicano, as cidades conheceram um forte impulso de crescimento e modernização. Foi neste contexto que Xangai se afirmou como o grande espaço metropolitano da China, mantendo esse estatuto até aos primeiros anos do século XXI.

A cidade de Xangai que hoje conhecemos "nasceu" na década de 1840, marcada por três factores que lhe conferiram algumas especificidades: a criação e expansão das concessões estrangeiras que aceleraram a modernização da cidade, projectando-a para o exterior; o dinamismo económico gerado a partir da instalação das casas comerciais britânicas, francesas e americanas; as diversidades da população, quer chinesa, quer estrangeira, transformando-a num espaço urbano de diversidade étnica e nacional. São estes os principais factores que, em inter-relação, explicam a atracção que Xangai vai exercer sobre os macaenses, dando origem a um importante fluxo migratório Macau-Xangai, mas atraindo também emigrantes macaenses de segunda geração que haviam escolhido como primeiro destino a recente colónia britânica de Hong Kong.

Formando uma comunidade luso-asiática, os macaenses que participam nesta primeira fase da diáspora, dirigindo-se a Hong Kong e Xangai, inserem-se na intersecção de dois movimentos migratórios: as emigrações chinesa e portuguesa.

Assim, tendo em conta estes considerandos, importa explicitar os objectivos que gostaríamos de ver atingidos neste estudo, centrando-nos apenas na macroanálise da diáspora macaense: (i) integrar a primeira fase da emigração macaense, que teve

* Licenciado em História. Professor da Escola Superior de Educação de Lisboa.

History degree. Lecturer at Lisbon's Escola Superior de Educação.

por destinos as cidades de Hong Kong e Xangai, no contexto das migrações portuguesa e chinesa que ocorreram na segunda metade do século XIX. (ii) determinar a importância da cidade de Xangai no mapa urbano da China e o seu poder de atracção da população migrante; (iii) identificar os factores que promoveram o crescimento urbano e o desenvolvimento económico de Xangai; (iiii) caracterizar a diversidade étnica e nacional da cidade.

A EMIGRAÇÃO MACAENSE: UMA DIÁSPORA ENTRE DIÁSPORAS

A diáspora macaense conheceu a sua primeira fase na segunda metade do século XIX, tendo Macau como principal território de origem, e Hong Kong e Xangai como os territórios de destino. O espaço e o tempo em que ocorreu este fluxo migratório coincidem com duas outras correntes migratórias que se relacionam com a emigração macaense em diferentes domínios: a emigração portuguesa e a emigração chinesa.

Quando ensaiamos uma reflexão sobre a contextualização espacio-temporal da emigração macaense a partir de 1842 não nos é possível ignorar as características históricas, antropológicas e culturais desta população: Macau, espaço colonial com especificidades políticas que se inseria no mundo ultramarino português; o macaense, cujas raízes remontavam a um longo processo de miscigenação luso-asiatizado; a cultura macaense, com marcas da influência portuguesa, chinesa e de outros espaços asiáticos.

Este conjunto de características coloca-nos perante o desafio de estudar possíveis conexões entre o fluxo migratório Macau / Hong Kong-Xangai e os movimentos migratórios chinês e português: o primeiro, envolvendo um quantitativo de pessoas que pode ser considerado um dos mais significativos que o mundo conheceu na segunda metade de oitocentos; o segundo, abarcando a emigração de súbditos portugueses (a nacionalidade dos macaenses) para um espaço colonial recém-independente (o Brasil). Dois movimento migratórios que, quando inseridos no quadro das migrações internacionais desta época, têm um forte elo de ligação nas causas do seu arranque e desenvolvimento, isto é, a abolição do tráfico de escravos transatlântico e o fim da escravatura nas Américas.

Numa breve síntese relembremos o processo que, sob a forte pressão política, diplomática e militar britânica, conduziu ao fim do tráfico de escravos para o Brasil.

O projecto de Sá da Bandeira, enunciado com o Relatório apresentado às Cortes em 19 de Fevereiro de 1836 e com a Lei de 10 de Dezembro do mesmo ano, tinha por pano de fundo a "viragem para África" que se traduziria na construção de um novo projecto colonial em substituição do Brasil, independente desde 1822. Um projecto que tinha na base a extinção do tráfico de escravos como forma de concentrar a mão-de-obra e os capitais nos espaços coloniais africanos, o que ia ao encontro das exigências inglesas (Bill de Palmerston de 1839 e o Tratado Luso-Britânico de 1842). No entanto, só na década de 1850 é que este projecto se efectivou, concretizando-se o fim do tráfico de escravos para o Brasil, em grande parte devido às medidas proibicionistas que foram ganhando terreno na ex-colónia portuguesa, cuja principal referência é a Lei n.º 581 de Eusébio de Queirós de 4 de Setembro de 1850 que estipulava, no seu 3.º artigo, como "autores do crime de importação de escravos, ou de tentativa dessa importação, o dono, o capitão ou mestre, o piloto e o contramestre da embarcação e o sobrecarga. São cúmplices a equipagem e os que coadunarem o desembarque de escravos no território brasileiro ou que concorrerem para os ocultar ao conhecimento da autoridade, ou para subtrair à apreensão no mar, ou em ato de desembarque, sendo perseguidos."[1]

A partir de 1850, as repercussões do fim do tráfico de escravos África-Brasil na emigração são bem conhecidas, traduzindo-se no aumento de imigrantes da Europa do Sul, ocupando os portugueses um lugar muito significativo. De 1500 até meados do século XX cerca de três quartos da emigração portuguesa teve como principal destino o Brasil, movimento que foi acelerado pelo fim da escravatura. "Quando a abolição da escravatura naquele país determinou enorme afluxo de imigrantes, vieram, com sucessivo predomínio, alemães, italianos, japoneses. [...] Uma estimativa certamente abaixo da realidade calculada em cerca de um milhão e meio o número de portugueses entrados no Brasil durante o último século [XIX]."[2]

O fim do tráfico de escravos conta-se como o principal factor, à escala mundial, que contribuiu para o desencadear duma nova fase da longa história da emigração chinesa, dando-lhe uma outra dimensão quantitativa e qualitativa. A nível regional, o incremento da emigração chinesa na segunda metade do século XIX

centrou-se no valor colonial do Sueste Asiático para as potências como a Inglaterra, Holanda e França, com a consolidação da sua presença colonizadora na Indochina, Indonésia, Malásia e Singapura, a qual incentivou a procura de mão-de-obra. Numa escala nacional, não são estranhos aos novos fluxos migratórios chineses acontecimentos ocorridos no Celeste Império, nomeadamente, a cedência da China às pressões políticas, militares e económicas das potências estrangeiras, as Guerras do Ópio (1839-1860) e a revolta Taiping. A conjugação de todos estes factores, em escalas distintas, conduziu ao início de uma nova fase da emigração chinesa para diferentes pontos do mundo, concedendo-lhe então as características de uma diáspora.

Em dois milénios de História da China, a emigração chinesa concentrou-se na sua região mais próxima: o Sueste Asiático. Uma emigração composta, no essencial, por elites económicas, políticas ou militares, de origem urbana, principalmente comerciantes e, também, artesãos e marinheiros. As regiões de origem de 90% dos chineses ultramarinos continuaram a ser as províncias litorais e meridionais de Fujian, Guangdong e Hainan – uma realidade a que não é estranho o facto desta ser a região da China que sempre manteve um contacto mais estreito com o mundo exterior.[3]

Na década de 1840, a emigração chinesa conheceu um novo fluxo migratório: o tráfico de *coolies* que diversificou os destinos dos chineses que optaram (na sua maioria de forma forçada) por ir atrás das "Montanhas de Ouro" da Califórnia ou da Austrália. Esta emigração conheceu quatro importantes locais de embarque: Hong Kong, Macau, Shantou e Xiamen. No entanto, a primeira viagem conhecida refere-se ao embarque de 69 trabalhadores chineses em Singapura com destino à ilha de La Réunion. Deste modo, os emigrantes chineses romperam a região tradicional do seu destino e foram ao encontro de outros continentes, num caminho facilitado pela generalização da navegação a vapor e pela abertura do canal do Suez em 1869. Para os *coolies* do século XIX o mundo estava a ficar cada vez mais pequeno, uma realidade que lhes permitia ter destinos diversificados, ultrapassando o anel do Sueste Asiático: Caraíbas (Cuba, Martinica Guadalupe, Guiana); América do Sul (Chile e Peru); ilhas do Oceano Índico; Polinésia; os "Países Novos" (EUA, Canadá e Austrália) e, já no segundo quartel do século XX, a Europa (Grã-Bretanha, Países Baixos a partir de 1911 e França, a partir de 1918, com origem no Vietname, Xangai e Weihaiwei).

Mantendo os mesmos portos de partida mas diversificando os destinos, a emigração chinesa conheceu também novas actividades económicas: economias de plantação (cana-de-açúcar, pimenta, tabaco, privadas que estavam da importação de escravos); actividades mineiras (minas de ouro do Transvaal, exploração de guano e cobre); grandes construções (canal do Panamá, caminhos-de-ferro do Congo belga, Moçambique, Madagáscar, e do Central Pacific Railway nos EUA e no Canadá).[4]

À diversidade de destinos e de actividades juntam-se ainda as novas lógicas de fixação. Nos "Países Novos" surgem as *chinatowns* e, em 1870, São Francisco contava já com uma comunidade de 50 000 chineses. Por outro lado, como a emigração dos *coolies* era considerada temporária, pois embarcavam como trabalhadores com contrato de prazo definido, na sua primeira fase foi uma emigração quase exclusivamente masculina, o que deu origem aos casamentos mistos, à emigração clandestina de mulheres, ainda que em pequeno número, e à exportação de prostituição, jogo e ópio. Uma combinação que, nos Estados Unidos, levou à aprovação pelo Congresso, em 1882, do *Chinese Exclusion Act*[5] assinado pelo presidente Chester A. Arthur. Esta medida foi timidamente levantada em 1943 e definitivamente afastada em 1963.[6] Mas, a partir de 1882, todos os chineses – excepto viajantes, comerciantes, professores, estudantes e os que tivessem nascido nos Estados Unidos – estavam proibidos de entrar nos EUA. Esta lei federal proibia os residentes chineses de se naturalizarem, independentemente do número de anos que trabalhassem legalmente nos EUA.

Para concluirmos esta síntese sobre as mudanças ocorridas na tradição migratória dos chineses, em meados de oitocentos, falta apresentar informação quantitativa avançada por alguns estudos sobre a diáspora chinesa. Assim, entre 1876 e 1901 o número de emigrantes a abandonarem a China a partir dos portos do Sul terá atingido os 4 850 000 e nas ilhas dos Mares do Sul da China encontravam-se espalhados cerca de oito milhões de chineses. Entre 1847 e 1874 meio milhão de chineses emigraram para outros continentes. De 1882 a 1932, partindo dos centros de redistribuição de Singapura e Penang, a emigração chinesa envolveu um fluxo anual de 100 000 emigrantes, excepto em 1918 e 1919 devido à I Guerra Mundial.[7]

Restringindo a nossa análise a esta primeira fase da diáspora macaense, gostaríamos de sublinhar que, para além das especificidades que cada movimento migratório encerra, sendo por isso obrigatório o seu estudo aprofundado que permite identificar as características que lhe são próprias, a emigração dos macaenses acabou por se integrar num processo de mudanças profundas que ocorreram ao nível das migrações mundiais. Na emigração portuguesa e chinesa participaram súbditos dos dois países que, de diferentes maneiras, se encontravam na base das estruturas sociais e económicas do território de origem dos macaenses. Portugal e China, em continentes distintos, conhecem novas realidades migratórias por força de uma mudança à escala global: o fim do tráfico de escravos. No entanto, os macaenses, num quadro político e económico próprio, iniciaram o seu processo migratório para duas cidades em território chinês, Hong Kong e Xangai. A importância da proximidade geográfica, factor relevante quando tentamos analisar o arranque de um novo fluxo migratório, alia-se a factores de nível regional marcados pela afirmação das potências estrangeiras, nomeadamente a Grã-Bretanha, que exerce uma forte influência naquelas duas cidades, ainda que com contornos políticos distintos.

Tal como a emigração chinesa, os macaenses encontraram nos mares do Sul da China os seus primeiros territórios de destino, iniciando uma diáspora que no século XX os levou a países situados noutros continentes: EUA, Canadá e Brasil; Portugal e Grã-Bretanha; e Austrália. Um movimento de dimensões quantitativas ainda não conhecidas mas que sabemos ter envolvido uma parte significativa das famílias macaenses. Um estudo que iremos tentar concretizar a curto prazo, cuja análise se centrará no caso da comunidade portuguesa/macaense de Xangai.

XANGAI: A CIDADE DA CHINA

No início do terceiro milénio apenas treze cidades chinesas têm mais de dois milhões de habitantes. Este facto ajuda a confirmar o quanto foi tardio o processo

Quadro 1. Cidades chinesas: População (1990-2001)

Cidades	1990	1999	2001	Tx. de variação 1990-2001
Xangai	7 649 688	8 937 175	9 838 400	28,6
Pequim	5 715 368	7 472 000	7 441 000	30,2
Tianjin	4 521 266	5 286 800	5 095 900	12,7
Wuhan	3 176 873	3 911 824	4 488 900	41,3
Cantão	2 891 643	3 306 227	4 154 800	43,7
Shenyang	3 588 084	3 876 289	3 981 000	11,0
Chongqing	2 265 137	3 193 889	3 934 200	73,7
Nanjing	2 113 883	2 388 915	2 822 100	33,5
Harbin	2 468 372	2 586 978	2 672 100	8,3
Xi'an	2 089 497	2 294 970	2 589 000	23,9
Chengdu	1 719 452	2 146 126	2 341 100	36,2
Changchun	1 679 270	2 072 324	2 223 200	32,4
Dalian	1 720 684	2 000 944	2 118 100	23,1

Adaptado de http://www.citypopulation.de/China.html (30 de Março de 2007).

de desenvolvimento e de concentração urbanos no país mais populoso do mundo. Xangai mantém-se como a primeira cidade chinesa, no que diz respeito aos valores da sua população (Quadro 1).

No entanto, importa registar que, no que diz respeito à taxa de variação desta população, entre 1990 e 2001, Xangai aparece apenas em oitavo lugar (Fig. 1). Um sinal que o processo de modernização acelerado pela adesão à economia de mercado (ainda limitado às Zonas Económicas Especiais) tem vindo a criar condições para que novos núcleos urbanos ganhem relevância no mapa das cidades chinesas.

Neste contexto do mundo urbano chinês, a cidade de Xangai conheceu transformações que lhe conferiram especificidades que importa aqui definir, reconhecendo que todas elas se encontram influenciadas pelo impacte da migração internacional e chinesa despoletadas com a abertura do porto ao mercado mundial na década de 1850: a diversidade étnica e nacional que convivia no interior da cidade; o desenvolvimento urbano, registado entre a última década do século XIX e a II Guerra Mundial, permitiu à cidade crescer mais rapidamente, geográfica e demograficamente, do que qualquer outra cidade da China; o elevado nível de concentração de indústrias muito diversas na cidade, protagonizado por operários, trabalhadores(as) do sexo, comerciantes, escritores, jornalistas estrangeiros, realizadores de cinema, condutores de riquexós, marinheiros, actores, conferindo a Xangai uma ampla diversidade de ocupações de características urbanas; a singularidade da sua administração repartida pela Concessão Internacional (C. I.), Concessão Francesa e Município Chinês, estabelecida desde meados do século XIX.[8]

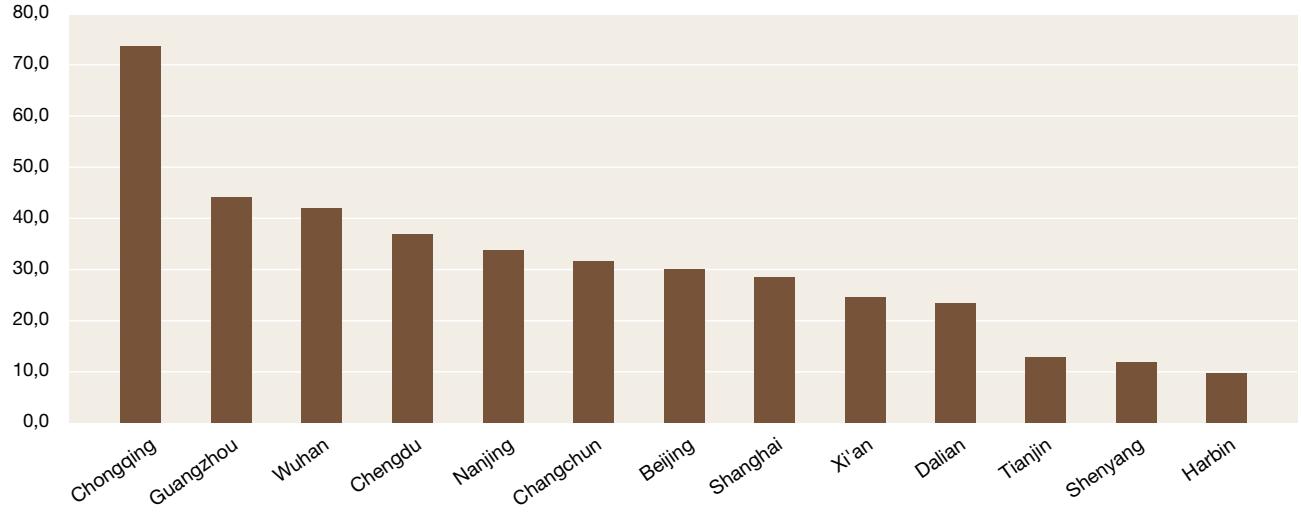
Contudo, Xangai é uma cidade com um longo passado e uma localização geográfica favorável ao seu desenvolvimento e à sua afirmação no conjunto das cidades chinesas.

Um contexto espacio-temporal que, com a chegada dos primeiros representantes das potências estrangeiras, assumiu um papel favorável ao nascimento de uma nova fase na história da cidade.

A localização geográfica de Xangai é um importante factor explicativo para compreendermos o seu papel político e económico, particularmente nos últimos cento e cinquenta anos. Xangai é uma cidade litoral localizada no centro da linha costeira chinesa (lat.: 31º 10'N; long.: 121º 29'E). Atravessada pelo rio Huangpu, Xangai encontra-se no centro de uma complexa rede fluvial dominada pelo delta do rio Yangtze, um dos quatro principais rios chineses, o que lhe permitiu assumir-se como uma ponte de ligação do mundo exterior além-mar e o interior da China.

Em meados do século XVII afirmou-se como uma cidade portuária e comercial, desenvolvendo algumas indústrias locais como, por exemplo, os têxteis de algodão. Em 1842, Xangai controlava algumas importantes

Fig. 1. Cidades chinesas: taxa de variação da população (1990-2001).



Fonte: http://www.citypopulation.de/China.html (30 de Março de 2007).

rotas marítimas (norte – Yingkou, Shannon e Yantai; sul – Zhejiang, Fujian, Taiwan e Guangdong; oeste – portos disseminados ao longo do rio Yangtze), mas o seu comércio externo era inexistente devido ao exclusivo desta actividade estar confinado às cidades portuárias de Cantão e Macau. Esta situação alterou-se com a I Guerra do Ópio e a assinatura do Tratado de Nanjing que incluiu Xangai no conjunto dos cinco portos abertos ao comércio internacional, uma das cláusulas impostas pela Grã-Bretanha à China. Alguns anos depois, em 1854, nasceram as concessões estrangeiras sob a tutela britânica, francesa e americana.

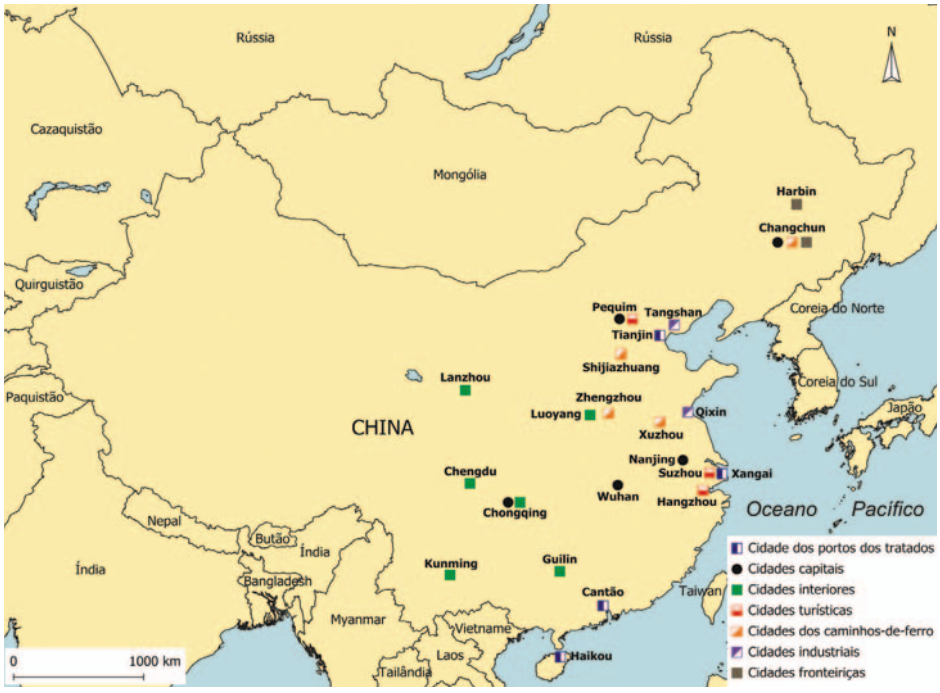


Fig. 2. Principais cidades chinesas. Adaptado de Joseph Esherick (ed.), *Remaking the Chinese City. Modernity and National Identity, 1900-1950*, pp. 2-6.

Depois desta "refundação" de Xangai, a cidade viveu um período de importantes reformas urbanas nas três primeiras décadas do século XX que conduziram à sua modernização. Reformas urbanas que acompanharam o movimento de transição do Império para a República (1911-12) caracterizado por um enfraquecimento do poder central o que, em parte, poderá explicar o incremento dos espaços urbanos num país onde as cidades tradicionalmente se diluíam no mundo rural. Durante o Império, as cidades não constituíam unidades políticas autónomas. Sem uma centralidade urbana clara, um dos principais elementos identificadores das cidades chineses encontrava-se na sua área circundante, onde se localizavam os espaços de culto e os mercados que abasteciam o quotidiano material e espiritual dos seus habitantes. Cantão e Xangai, cidades tradicionalmente associadas a uma forte actividade comercial, tinham os seus mais importantes centros de comércio fora das muralhas. Por outro lado, mesmo as "cidades dos portos dos tratados" (Cantão, Xiamen, Fuzhou, Ningbo e Xangai) a que já fizemos referência, devido à sua fragmentação política resultante de uma presença estrangeira imposta na sequência dos tratados, até ao início do século XX não conheceram uma política de gestão coerente que integrasse todo o seu espaço urbano.[9]

Com o advento da república, as cidades chinesas conheceram um importante processo de crescimento e modernização: criação de espaços de lazer, com teatros, cafés, restaurantes e hotéis; iluminação das ruas que, no caso de Xangai, lhe ofereceu o título de "cidade sem noite"; emergência de um centro de comércio bem definido; desenvolvimento de áreas urbanas em redor das estações ferroviárias onde surgiram lojas, hotéis, restaurantes, cinemas, parques públicos e museus. Estes centros só foram possíveis graças ao desenvolvimento dos transportes, que beneficiaram de ruas em macadame, favorecendo a mobilidade das pessoas e dos produtos, com os riquexós, trens e autocarros. Foi o nascimento de um novo estilo de vida urbano.[10]

Joseph Esherick[11] propõe-nos uma tipologia das cidades chinesas em sete categorias. A síntese deste seu contributo para a história das cidades na China permite-nos obter um panorama geral, marcado pela diversidade e dispersão num vasto território e, simultaneamente, constitui um pequeno contributo para, em linhas muito gerais, conhecermos a evolução do mundo urbano neste país (Fig. 2).

As "cidades dos portos dos tratados" surgiram como entrepostos comerciais, abertos ao comércio

estrangeiro na sequência das Guerras do Ópio (1839-42 e 1856-60). Geralmente incluíam áreas concessionadas às potências ocidentais e Japão, espaços de afirmação da influência estrangeira, política e económica, na China. Estas concessões eram governadas por uma autoridade consular que gozava de grande autonomia face ao poder central chinês, nomeadamente, o direito de extraterritorialidade. Devido à existência destas concessões, a morfologia urbana caracterizava-se pela "cidade dual": as áreas das concessões localizavam-se, geralmente, em linhas de água fluviais ou marítimas, vivendo uma intensa actividade comercial, e centralizadas num pólo urbano de negócios marcado por uma arquitectura neoclássica; as áreas chinesas foram organizadas em função da estrutura hierárquica centrada na representação local do poder central e no templo. A dualidade é ainda visível ao nível da arquitectura residencial: nas concessões estrangeiras, as casas oferecem janelas viradas para as ruas; nas áreas chinesas, as casas eram rodeadas de muros e viradas para pátios interiores. Xangai, Cantão, Tianjin, Haikou.

As "cidades capitais" caracterizam-se pela sua função político-administrativa e uma morfologia marcada por uma orientação cardinal, ruas rectilíneas, muralhas e portões fortificados, polarizadas num palácio ou no centro político local, divididas em bairros distintos, e com os mercados fora do centro da cidade e perto dos seus portões de entrada. Pequim, Nanjing, Wuhan, Chongqing e Changchun.

Antes do surgimento das "cidades dos portos dos tratados" não existiam diferenças significativas entre as cidades do litoral e as cidades do interior do Império. No século XX, as "cidades interiores" caracterizavam-se por serem sujas, pouco saudáveis, atrasadas, conservadoras e sem marcas culturais e materiais de modernidade. Estas cidades conheceram um crescimento significativo durante a guerra de resistência contra o Japão (1937--1945) com a deslocação de populações. Chongqing, Chengdu, Kunming, Guilin, Lanzhou e Luoyang.

Na República Popular da China, depois de 1949, as "cidades turísticas"passaram a ser conhecidas por "cidades culturais", reconhecidas como tal e preservados os seus vestígios físicos da tradição cultural chinesa. Nestas cidades tentaram-se inventar formas de manter a "tradição", mas introduzindo as infra-estruturas que o turismo exige: transportes, hotéis, restaurantes, comércio de *souvenirs* e de fotografias. Hangzhou, Suzhou e Pequim.

As "cidades dos caminhos-de-ferro" desenvolveram-se a partir das estações ferroviárias, atraentes para o estabelecimento de hotéis e transportes urbanos, geralmente localizadas numa praça pública. Changchun, Shijiazhuang, Zhengzhou e Xuzhou.

As "cidades industriais" chinesas são praticamente inexistentes na primeira fase da república. No início do século XX estavam concentradas nos portos dos tratados: Xangai e Tianjin. Mas estas cidades estavam essencialmente vocacionadas para as actividades comerciais e financeiras. As que mais se aproximam da "cidade industrial" podem ser encontradas em Tangshan (minas de carvão) e Qixin (cimento), que motivaram a construção de outras infra-estruturas como escolas, hospitais, banhos públicos e bairros operários.

As "cidades fronteiriças" espalharam-se por alguns segmentos da fronteira terrestre chinesa e caracterizam--se morfologicamente por um desenho rectilíneo, sendo "cidades duais" do ponto de vista étnico. Na Mongólia Interior esta dualidade reside na coexistência da cidade comercial Han com guarnição militar Manchu; no noroeste, o centro administrativo Han distingue-se dos subúrbios muçulmanos; na fronteira nordeste, com as concessões russas em Harbin e japonesas em Changchun.

Num país cujo protagonismo das cidades só se assumiu no início do século XX, no período de mudança do regime imperial para um regime republicano, a cidade de Xangai, "refundada" enquanto uma das "cidades dos portos dos tratados", conheceu reformas urbanas significativas nas três primeiras décadas do século XX, transformando-se internamente numa cidade internacionalizada e, simultaneamente, projectada para o mundo. Até à II Guerra Mundial, Xangai desenvolveu-se economicamente, introduzindo na China o estilo moderno de vida urbana e ganhando novas especificidades que uma importante migração chinesa e internacional, de origens diversas, lhe concedeu.

A EXPANSÃO URBANA E AS CONCESSÕES ESTRANGEIRAS

O núcleo original de Xangai – a velha "Cidade Chinesa" cujas origens remontam ao terceiro século a.C. – expandiu-se com a criação das concessões internacionais: na década de 1850 surgiram as concessões francesa, britânica, americana e, mais tarde, a japonesa.

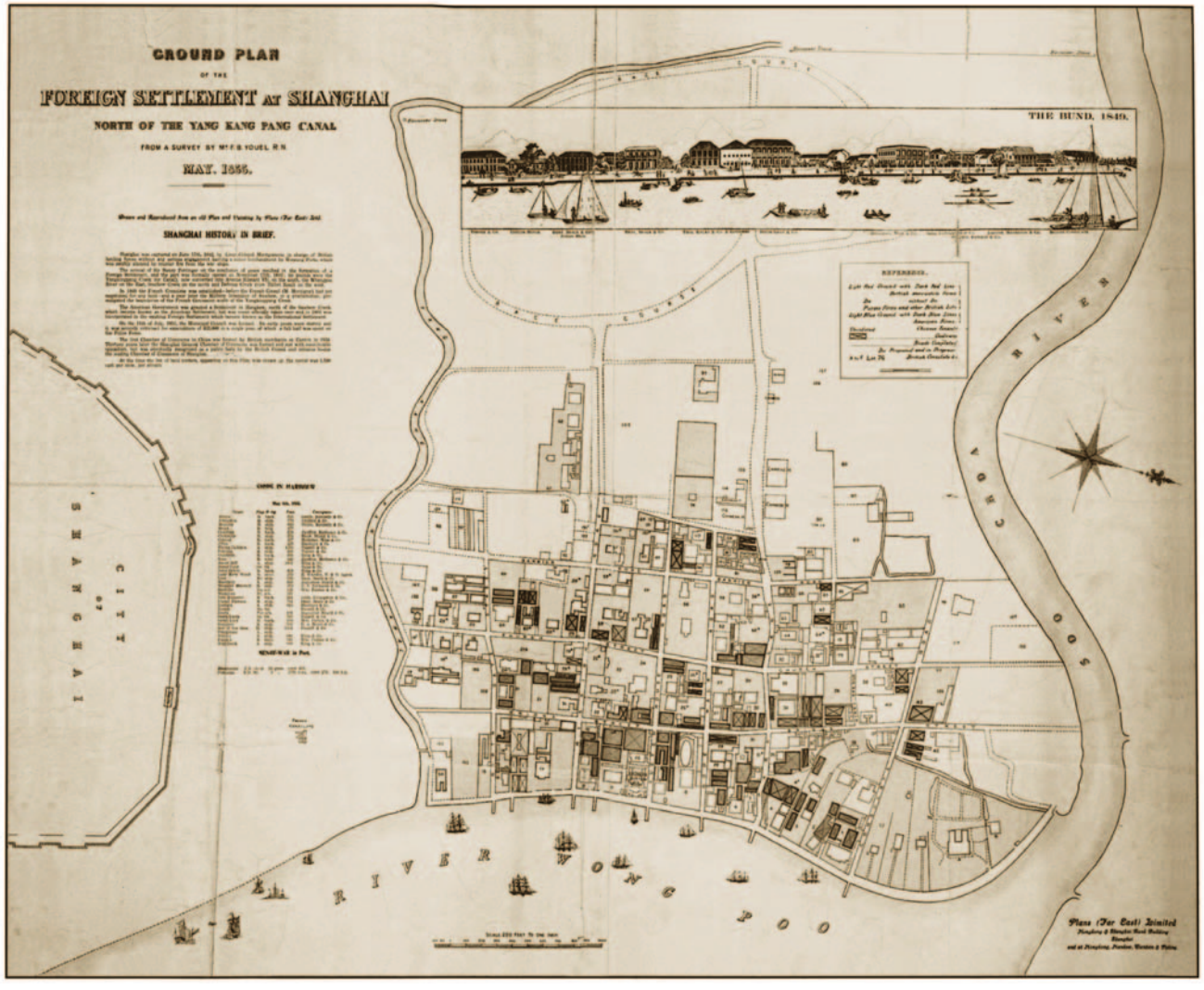
O 'sítio' das concessões estrangeiras localizou-se na margem esquerda do rio Huangpu, onde se instalaram os cais e as alfândegas que passaram a centralizar a actividade comercial da cidade, irradiando-se numa malha de ruas que se expandiu, numa primeira fase, para oeste (Fig. 3).

As concessões britânica e americana deram origem à C. I., em 1863, mantendo-se autónoma a Concessão Francesa. A área da C. I. fixou-se em 1899 nos 22,6 km^2 e a Concessão Francesa, em 1914, atingiu os 10,2 km^2. Por um lado, as concessões ofereciam um modelo económico e social de modernização, em particular nos capítulos da higiene, do policiamento e das obras públicas, mas, por outro lado, a fragmentação territorial e política dificultava a criação de planos globais de urbanização e a proibição e/ou a regulamentação de actividades como o jogo, a prostituição e a droga.[12]

Durante a II Guerra Mundial, Xangai conheceu um pequeno crescimento que é acelerado depois de 1949, com o estabelecimento da República Popular da China. Em 1950, na China, apenas duas cidades tinham projecção mundial – Pequim e Xangai.

Os residentes portugueses em Xangai, nos anos de viragem para o século XX, não se distribuíram uniformemente pelas concessões estrangeiras. Preferindo a C. I., a sua distribuição neste município também não se fez de forma homogénea pelos diferentes distritos, como veremos mais adiante.

Fig. 3. As concessões estrangeiras de Xangai. Cortesia do HSBC Group Archives.



Na primeira década do século XXI, Xangai desenvolve-se, ambicionando atingir o estatuto de "cidade global", no eixo das principais cidades asiáticas do Pacífico: Tóquio – Xangai – Hong Kong – Singapura. Já anunciada como "A rival de Nova Iorque" ou "O centro do mundo do século XXI" (*New York Times*, 1999)[13], Xangai dá também sinais de mudanças ao nível do modelo de gestão da cidade, mudanças geradas pelo novo dinamismo económico proporcionado pelas reformas iniciadas no final da década de 1970 protagonizadas por Deng Xiao Ping. O poder de decisão centralizado em Pequim desloca-se progressivamente para a cidade: os sinais de descentralização política têm conferido uma maior autonomia ao governo municipal, nomeadamente na gestão dos recursos locais e no controlo do ordenamento do território.[14]

Embora reconhecendo a existência de uma tendência para um forte controlo do poder central na gestão política e económica das cidades asiáticas, talvez a experiência que Xangai hoje vive, numa conjuntura de forte crescimento económico e de elevado dinamismo urbano, lhe permita retomar a sua herança histórica de afirmação do seu poder municipal. Uma herança que remonta à criação de uma administração partilhada por diferentes poderes de diferentes nacionalidades e que lhe conferiram uma singular experiência de gestão localizada e descentralizada. Uma experiência imposta do exterior mas que não deixa, por isso, de eventualmente ter deixado marcas que podem ser reavivadas numa conjuntura política e económica favorável.

No segundo artigo do tratado sino-britânico de Nanjing de 1842 ficou estipulado que "*British subjects, with their families and establishments, shall be allowed to reside, for the purpose of carrying on their mercantile pursuits, without molestation or restraint., at the cities and towns of Canton, Amoy, Foochowfoo, Ningpo, and Shanghai.*"[15] No artigo XII, do tratado sino-britânico de 26 de Junho de 1858 previa-se que "*British subjects, wether at the ports or at other places, desiring to built or open houses, warehouses, churches, hospitals, or burial grounds, shall make their agreement for the land or buildings they require, at the rates prevailing among the people, equitably, and without exactions on either side.*"[16] Ainda nesta década de 1850, Xangai conheceu o início do processo de fixação de comunidades estrangeiras: britânicos, franceses, americanos e muitos outros, entre os quais portugueses. A norte do núcleo da velha Cidade Chinesa instalam-se as concessões inglesa e americana (que deram origem à Concessão Internacional), francesa e, mais tardiamente, a concessão japonesa.[17]

De acordo com as negociações travadas entre britânicos e chineses, a terra foi loteada, permitindo aos estrangeiros o arrendamento a longo prazo. Estes podiam subalugar a terra a outros estrangeiros ou mesmo a chineses. As rendas da terra eram estabelecidas por comum acordo, devendo contribuir para despesas colectivas como a reparação de estradas, construção de pontes e canalizações, abertura de mercados públicos e outras infra-estruturas. Por outro lado, ao impor o princípio da extraterritorialidade, as potências estrangeiras escapavam ao controlo e abusos do poder mandarínico chinês, que utilizava taxas e impostos arbitrários, e elevava os níveis de segurança aos residentes estrangeiros que se colocavam sob a sua tutela.

O crescente investimento das empresas estrangeiras que se foram fixando na nova Xangai promoveu o rápido

Quadro 2. Crescimento da população de Xangai (1910-1927)

Anos Variação	População Total	Bairros Chineses	Concessão Internacional	Concessão Francesa
1910	1 289 353	671 866	501 541	115 946
1927	2 641 220	1 503 922	840 226	297 072
Variação	+ 1 351 867 (104,8%)	+ 832 056 (123,8%)	+ 338 685 (67,5%)	+ 181 126 (156,2%)

Adaptado de M. C. Bergère, *L'âge d'or de la bourgeoisie chinoise*, p. 109.

desenvolvimento da cidade. Instituições bancárias e financeiras, e escritórios das mais importantes empresas foram erguidos ao longo da "Bund", os arruamentos onde se instalaram os primeiros estrangeiros. Uma área de Xangai que ainda hoje, no início do século XXI, é uma imagem de marca da cidade com os seus edifícios de estilo europeu que mantém viva, no presente, a memória do passado. Mas, ao contrário do que acontecia noutras "cidades dos portos dos tratados", cujas áreas concessionadas aos estrangeiros dependiam directamente das respectivas potências coloniais, em Xangai a Concessão Internacional era governada pelo Conselho Municipal de Xangai, um colégio eleito localmente que gozava de uma grande autonomia política em relação ao poder anglo-americano, o que se traduzia na inclusão de membros pertencentes a diferentes segmentos da população local.[18]

No final do século XIX, as concessões estrangeiras de Xangai ofereciam exemplos de ordem e progresso que foram inspiradoras para muito dos reformadores políticos que a China conheceu nos últimos anos do Império e na primeira fase republicana, entre 1911 e 1949. O período do movimento nacionalista chinês, nos anos 20, criou novas oportunidades para as elites políticas e intelectuais que se foram formando no estrangeiro. Estas elites vão protagonizar algumas das reformas que se verificaram nos espaços urbanos. No caso de Xangai, o governo municipal incluía gabinetes responsáveis pela higiene, educação, obras públicas, etc., onde se destacavam técnicos universitários formados em países ocidentais ou no Japão.[19]

É inevitável lembrarmos que o início da emigração portuguesa a partir de Macau teve como destino Hong Kong, sendo reconhecido que muitos macaenses, para além das funções que desempenharam no tecido empresarial britânico que nasceu com a cidade em 1842, tiveram também uma participação de relevo em alguns órgãos da administração local de Hong Kong. Está ainda por conhecer se a população portuguesa e, em particular, macaense residente em Xangai assumiram o mesmo protagonismo, ou se viram reduzida a sua participação cívica na cidade à constituição de associações de carácter étnico-nacional. As informações actualmente disponíveis levam-nos a acreditar que a segunda hipótese é a mais viável.

Longe de ser uma conclusão definitiva, deve ser equacionada a ideia que esta partilha do governo de Xangai, iniciada em meados do século XIX e que se prolongou durante décadas, deixou raízes numa cidade que, no século XXI, está a ensaiar uma nova experiência de conquista de autonomia face ao poder centralizador de Pequim. Um poder local partilhado, imposto pela pressão político-militar e económica das potências vencedoras sobre a China, mas principalmente construído no caudal da imigração dos estrangeiros que, em grande medida, protagonizaram a transformação de Xangai numa cidade moderna, capaz de competir pela liderança do mundo. Uma nova cidade, também construída por muitos migrantes chineses, onde se desenvolveu uma classe burguesa que contribuiu para a sua modernização. Por conhecer está o papel que os portugueses residentes desempenharam quando Xangai "renasceu" em meados de Oitocentos, vocacionada para ser um espaço urbano internacionalizado e virado para o mundo.

A DIVERSIDADE ÉTNICA E NACIONAL

No início do terceiro milénio apenas treze cidades chinesas têm mais de dois milhões de habitantes, assumindo Xangai o topo, no que diz respeito aos valores da sua população. Em 1925 já era evidente esta posição de destaque de Xangai enquanto espaço urbano, ultrapassando os limites da cidade e afirmando-se claramente como uma vasta área urbana de grande concentração populacional.

Entre 1910 e 1927, o crescimento demográfico de Xangai reflecte-se de forma diferente entre as concessões estrangeiras e os bairros chineses, um crescimento sustentado por fluxos de imigração e também pela migração interna oriunda de diversas regiões chinesas. Xangai transformou-se, nesta época reconhecida de "milagre económico", no espaço-símbolo de um novo país – republicano, liberal e burguês – atraindo importantes núcleos da burguesia nacional chinesa (Quadro 2).

Deste modo, reconhecendo que as migrações internacionais produzem efeitos regionalmente diferenciados em função das características dos imigrantes e dos territórios onde se fixam[20], no que diz respeito ao caso de Xangai elas vão ser determinantes não só pelo seu contributo directo para o crescimento demográfico da cidade, mas também porque são factor de atracção da migração chinesa devido ao dinamismo económico que a presença dos estrangeiros gerou na cidade. Por outro lado, esta presença de residentes de muitas nacionalidades não influenciou

Quadro 3.
População portuguesa em Xangai (1905)

Áreas de Xangai	Distribuição dos portugueses na C. I. de Xangai (1905)	%
Distrito Norte	1047	78,7
Distrito Este	254	19,1
Arredores	23	1,7
Distrito Central	4	0,3
Distrito Oeste	2	0,2
Opium Hulks	1	0,1
Total	1331	100,0

Obs: No original, o total dos portugueses em 1905 é de 1329, o que não corresponde à soma dos totais parciais por áreas (1331).
Adaptado de *Shanghai Municipal Council. Census of the Foreign Population of Shanghai on the 14th October, 1905* in AHU-MNE: consulado de Xangai, documento impresso (Cx. 575).

Quadro 4. Evolução da população estrangeira na Concessão Internacional de Xangai (1880-1905)

Nacionalidades	1880	1890	1905
Britânicos	1057	1574	3713
Japoneses	168	386	2157
Portugueses	285	564	1329
Americanos	230	323	991
Alemães	159	244	785
Franceses	41	114	393
Russos	3	7	354
Austro-Húngaros	31	38	158
Italianos	9	22	148
Espanhóis	76	229	146
Dinamarqueses	32	69	121
Noruegueses	10	23	93
Suecos	12	28	80
Suíços	13	22	80
Holandeses	5	26	58
Belgas	1	6	48
Gregos	4	5	32
Turcos		18	26
Romenos			12
Brasileiros		2	8
Venezuelanos			7
Indianos	4	89	568
Malaios	56	28	171
Coreanos			8
Persas		1	6
Diversos	1	145	326
Total	2197	3963	11 818

Adaptado de *Shanghai Municipal Council. Census of the Foreign Population of Shanghai on the 14th October, 1905* in AHU-MNE: consulado de Xangai, documento impresso (Cx. 575).

apenas a actividade económica, mas teve impactes no ordenamento urbano e na gestão política de Xangai.

Sabemos que a imigração portuguesa se dispersou pelas duas concessões estrangeiras. No entanto, neste momento, apenas nos é possível apresentar informação quantitativa credível sobre a C. I., uma falha que esperamos poder colmatar no decorrer da investigação que nos encontramos a desenvolver.

No que diz respeito às características da população que residia nesta área de Xangai nas primeiras décadas do século XX importa referir, em primeiro lugar, que a C. I. não era um espaço homogéneo, reconhecendo-se diferenças entre os quatro distritos que a compunham, não só quanto à sua dimensão, como também às origens da população, densidade populacional e ritmos de crescimento. Factores históricos e económicos explicam as diferenças nos ritmos de crescimento demográfico dos diferentes distritos. Os distritos em declínio ou fraco crescimento demográfico (Central e Norte) são os mais antigos, correspondendo às originais concessões inglesa e americana e ocupando áreas muito reduzidas: 1,9 km^2 e 2 km^2, respectivamente. Tendo os distritos Central e Norte elevadas densidades populacionais, foram os distritos Este (10,9 km^2) e Oeste (7,8 km^2) que permitiram novos movimentos de concentração demográfica. O desenvolvimento destes dois últimos é

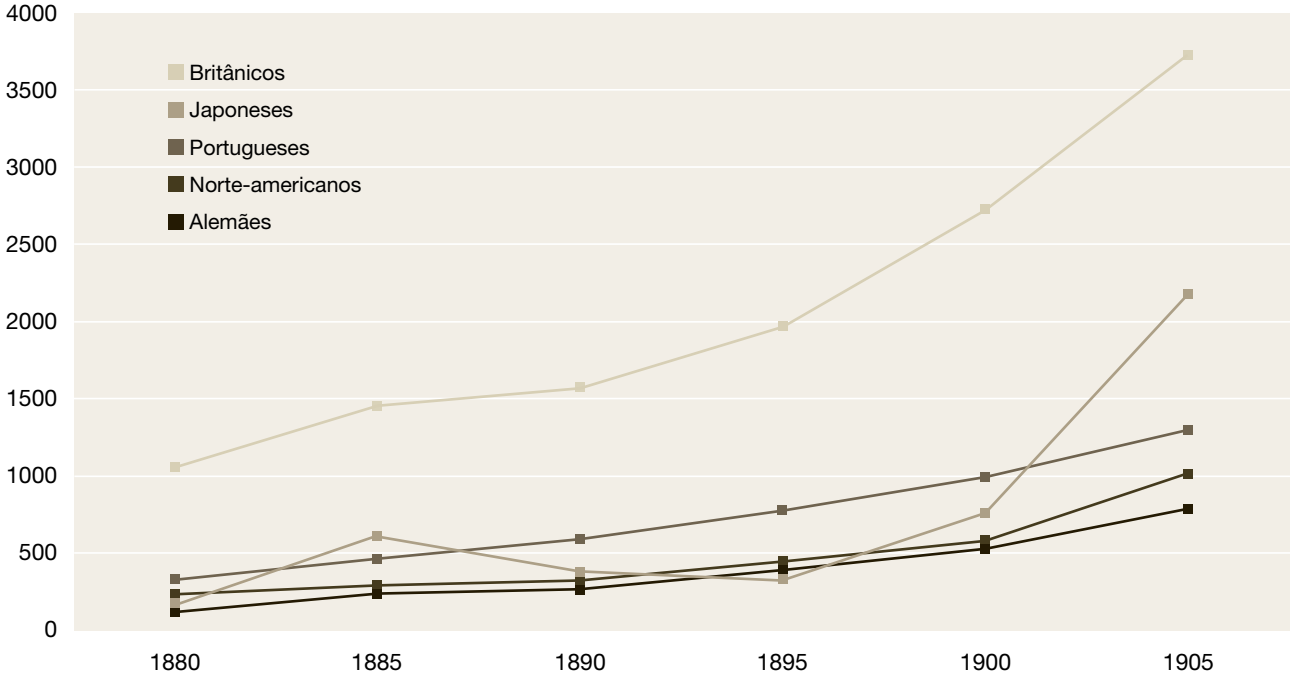
mais tardio e coincidiu com a instalação de indústrias ligeiras na cidade, entre 1910 e 1920[21]. Estes factores ajudam-nos a explicar a forma como a população portuguesa se distribuiu pela C. I. (Quadro 3), nomeadamente a sua elevada concentração no Distrito Norte (78,7%): uma de carácter histórico, porque como já anteriormente foi referido os Distritos Central e Norte correspondem às primeiras concessões estrangeiras e a emigração portuguesa acompanhou a fundação dessas concessões; outra, de carácter económico, diz respeito à proximidade da comunidade portuguesa com as actividades económicas de britânicos e americanos, as duas comunidades estrangeiras com mais peso naqueles dois distritos; uma terceira explicação poderá estar relacionada com as empresas que se localizavam nestas duas áreas da C. I., nomeadamente, estabelecimentos comerciais e financeiros onde a comunidade portuguesa se empregava.

No entanto, reconhecemos que a forma como a população portuguesa se distribuiu por Xangai é um tema que poderemos aprofundar e que requer ainda outros estudos. Identificando os primeiros portugueses que se fixaram na cidade e os seus locais de residência, será possível dar resposta às questões que esta temática levanta, nomeadamente no que diz respeito à relação que poderá existir (ou não) entre a ocupação de determinadas áreas da cidade e as redes familiares e empresariais que deram sustentabilidade e garantiram continuidade na emigração Macau-Xangai. Uma outra interrogação que merece ser equacionada diz respeito à possível existência de fenómenos de etnicização na distribuição dos portugueses pelos diferentes quarteirões, bairros ou distritos da cidade, tendo em conta que a emigração de Macau para Xangai envolvia na sua grande maioria portugueses de origem macaense e chinesa.

O crescimento populacional de Xangai, evidente a partir da fixação das concessões estrangeiras e alimentado pela imigração que então se iniciou, conferiu à cidade um rosto humano marcado pela diversidade (Quadro 4).

"Shanghai era um formidável formigueiro humano. [...] São sobretudo ingleses, mas há americanos, franceses, escandinavos, portugueses de Portugal e mestiços de Macau, espanhóis, holandeses, alemães, austríacos, russos, etc."[22]

Fig. 4. Principais nacionalidades dos residentes na C. I. (1880-1905)



Fonte: *Shanghai Municipal Council. Census of the Foreign Population of Shanghai on the 14th October, 1905* in AHU-MNE: consulado de Xangai, documento impresso (Cx. 575).

Quadro 5. População chinesa da Concessão Internacional, por províncias de origem (1910)

Províncias	Número de habitantes
Jiangsu	180 331
Zhejiang	168 791
Guangdong	39 336
Anhui	5263
Hubei	3352
Shandong	2197
Fujian	2134
Jiangxi	1488
Hunan	680

Adaptado de Bryna Goodman, *Native, Place, City, and Nation*, Berkeley, Los Angeles, Londres, 1995, p. 315.

Entre 1854 e 1945, a cidade foi ponto de chegada e porto de abrigo a gentes de muitas origens, umas atraídas pelo crescente dinamismo económico, outras motivadas pela necessidade de se refugiarem de guerras internas (Taiping em 1850-60; Boxers em 1890) e externas (II e III Guerras do ópio, entre 1856 e 1860; invasão japonesa, iniciada em 1937).

Chegados à década de 1930, nenhuma outra cidade chinesa tem um largo espectro de grupos de novos imigrantes, trabalhadores temporários e imigrantes (colonos) de segunda geração. Muitos dos chineses locais vieram de duas zonas vizinhas – Jiangsu e Zhejiang – mas também de outras regiões constituindo comunidades significativas, contribuindo para a formação de um caleidoscópio demográfico complexo em Xangai e desempenhando papéis específicos na vida social da cidade.

Com os dados disponíveis neste momento podemos verificar que os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, entre 1880 a 1905, representando uma percentagem da população estrangeira a residir na C. I. sempre acima dos 10%, oscilam entre a segunda e a terceira posição (Fig. 4), facto que lhe confere, por si só, particular importância.

Xangai, uma cidade "refundada" em 1842, transformou-se numa cidade aberta ao comércio internacional e, também, à "importação" de gentes das mais diversas origens. Um fluxo migratório surgiu com destino a esta cidade chinesa, transformando-a no mais importante espaço urbano chinês, do século XIX ao século XXI.

Contudo, estas mudanças introduzidas na cidade de Xangai não se fizerem apenas com a crescente presença de comunidades estrangeiras. Algumas palavras para a comunidade chinesa que encontrou em Xangai um porto de abrigo para um importante fluxo migratório interno, também ele marcado por uma importante diversidade de origens. Em 1910, dados que temos neste momento disponíveis (Quadro 5), a comunidade chinesa presente em Xangai distribuía-se, segundo as suas origens, por nove províncias chinesas, lideradas por Jiangsu e Zhejiang vizinhas de Xangai e que concentravam 86,5% de toda a população chinesa a residir na Concessão Internacional.

Das três províncias atrás mencionadas como de origem da diáspora chinesa – Guangdong, Fujian e Hainan – apenas as duas primeiras contribuem para a construção das diversidade populacional de Xangai: Guangdong, em terceiro lugar, com 39 336 e Fujian com apenas 2134 chineses. Duas constatações parecem imediatas: em primeiro lugar, num fenómeno de migração interna, a proximidade geográfica tem um peso decisivo no processo de decisão de emigrar; em segundo lugar, as províncias com uma tradição de contactos com o exterior continuaram a preferir a emigração à migração interna.

NOTAS FINAIS

Podemos considerar que a primeira fase da diáspora macaense começou com a chegada dos primeiros emigrantes a Hong Kong, em 1842, e a Xangai, em 1850. Este novo fluxo migratório foi contemporâneo das migrações intercontinentais de portugueses e chineses que tiveram como principal destino o continente americano, ambas consequência, em grande medida, da abolição do tráfico de escravos transatlântico.

Na sequência do Tratado de Nanjing de 1842, a cidade de Xangai conheceu um forte dinamismo económico gerado pela actividade das casas comerciais britânicas, americanas e francesas. As ligações ao mercado interno chinês e a sua projecção no mercado mundial transformaram Xangai na cidade mais populosa da China, gozando hoje do estatuto de

"rival de Nova Iorque". Todavia, foi preciso esperar pela China republicana (1911-12) para que ocorresse um processo de desenvolvimento e modernização dos espaços urbanos da China e, particularmente, de Xangai.

A partir de 1850, acompanhando os fluxos de capitais e de agentes económicos – britânicos, americanos, franceses e chineses – instalou-se em Xangai uma vasta comunidade migrante com as mais diversificadas origens.

Sendo a comunidade britânica a mais numerosa e aquela que assumiu um forte protagonismo na liderança política e económica da Concessão Internacional, as presenças portuguesa e japonesa surgem como as comunidades em Xangai com o maior número de imigrantes. Assim, quando centramos o nosso estudo sobre a comunidade portuguesa de Xangai estamos a dar visibilidade a uma das mais numerosas comunidades estrangeiras da cidade.

A comunidade portuguesa de Xangai tem a particularidade de ser composta por macaenses, um grupo étnico bem definido, fruto de um longo processo de miscigenação luso-asiático e que desempenhou em Xangai, tal como ocorreu em Hong Kong, um importante papel no funcionamento de casas comerciais estrangeiras e, ainda, nas instituições bancárias. Na opinião de alguns autores, a emigração de Macau para Hong Kong e Xangai explica-se, fundamentalmente, quer pelo conhecimento prático adquirido pelos macaenses neste ramo de actividade, quer por serem possuidores de competências linguísticas (domínio da língua chinesa, inglesa e portuguesa) que eram uma mais-valia para as empresas que se dedicavam ao comércio externo.

O fluxo migratório Macau-Xangai, iniciado na década de 1850, deu origem à formação de uma comunidade de nacionalidade portuguesa, mas portadora de uma identidade étnica específica. Juntando-se à emigração para Hong Kong, os macaenses que partiram para Xangai contribuíram para a primeira fase de uma diáspora que se dispersou por todos os continentes. RC

NOTAS

1 Paulo Bonavide e R. A. Amaral Vieira, *Textos políticos da história do Brasil (Independência – Império – I)*, Fortaleza, Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, s.d., pp. 451-453 (www.irdeb.ba.gov.br – 2 de Dezembro de 2007).

2 Orlando Ribeiro e Hermann Laitensach, *Geografia de Portugal*, vol. III, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1989, p. 766.

3 Cf. Emmanuel Ma Mung, *La diaspora chinoise. Géographie d'une migration*, Paris, Ed. Géophrys, 2000, p. 15 e Pierre Trolliet, *La Diaspora chinoise*, Paris, PUF, 2000, pp. 3-5.

4 Cf. Pierre Trolliet, ob. cit., p. 11.

5 *WHEREAS, in the opinion of the Government of the United States the coming of Chinese laborers to this country endangers the good order of certain localities within the territory thereof: Therefore,*
Be it enacted, that from and after the expiration of ninety days next after the passage of this act, and until the expiration of ten years next after the passage of this act, the coming of Chinese laborers to the Untied States be, . . . suspended; and during such suspension it shall not be lawful for any Chinese laborer to come, or, having so come after the expiration of said ninety days, to remain within the United States.
SEC. 2. That the master of any vessel who shall knowingly bring within the United States on such vessel, and land or permit to be landed, any Chinese laborer, from any foreign port or place, shall be deemed guilty of a misdemeanor, and on conviction thereof shall be punished by a fine of not more than five hundred dollars for each and every such Chinese laborer so brought, and may be also imprisoned for a term not exceeding one year.
U. S. Statutes at Large, vol. XXII, p. 58 ff in http://www.pbs.org/weta/thewest/resources/archives/seven/chinxact.htm (5 de Dezembro de 2007).

6 Cf. Emmanuel Ma Mung, ob. cit., p. 19.

7 Cf. Pierre Trolliet, ob. cit., p 19.

8 Cf. Joseph Esherick (ed.), *Remaking the Chinese City. Modernity and National Identity. 1900-1950*, York, University of Hawai'i Press, 2000, p. 192.

9 Cf. J. Esherick (ed.), ob. cit., pp. 1-9.

10 Cf. J. Esherick (ed.), ob. cit., p. 10.

11 Cf. J. Esherick (ed.), ob. cit., pp. 2-6.

12 Cf. J. Esherick (ed.), ob. cit., p. 2.

13 Cf. P. Newman e A. Thornley, *Planning World Cities*, Nova Iorque, Palgrane Macmillan, 2005, p. 237.

14 Cf. P. Newman e A. Thornley, ob. cit., pp. 243-245.

15 Edward Hertslet, *Treaties & C., Beteween Great Britain and China: and Between China and Foreign Powers*, 2 vols., Londres, Harrisson & Son, 1986, p. 5.

16 Edward Hertslet, ob. cit., p. 21.

17 Sobre este tema recomenda-se a leitura de Montalto de Jesus, *Historic Shanghai*, Xangai, The Shanghai Mercury Limited, 1909.

18 Cf. J. Esherick, J. (ed.), ob. cit., p. 193.

19 Cf. J. Esherick (ed.), ob. cit., p. 7.

20 Cf. Lucinda Fonseca, "Inserção territorial. Urbanismo, Desenvolvimento Regional e Políticas Locais de Atracção" in *Imigração: Oportunidade ou Ameaça?*, Lisboa, Principia, 2007, pp. 105-150.

21 Cf. M. C. Bergère, *L'âge d'or de la bourgeoisie chinoise*, Paris, Flammarion, 1986, pp. 109-113.

22, J. O. de Meira Penna, *Shanghai. Aspectos Históricos da China Moderna*, s. l., Americ Edit, 1944, pp. 47-49.